

EDIÇÃO 1.183 - De 03 à 09 Agosto 2026

“Venham a mim, todos os que estão cansados e sobrecarregados, e eu darei descanso a vocês.” Mateus 11:28

MT - MS - DF - ANO XXVI

ENTREVISTA DA SEMANA

CAIO CORDEIRO- VEREADOR POR VÁRZEA GRANDE

“A POLÍTICA DE VÁRZEA GRANDE PRECISA MUDAR”:
CAIO CORDEIRO CRITICA CÂMARA, TRANSPORTE E
INFLUÊNCIA DE GRUPOS TRADICIONAIS

VICTOR OSTETTI



PÁGINA 03

ARTIGO

Milei e os ataques à dignidade

MAIS NA PÁGINA 2



ELEIÇÃO 2026

Convenção do União Brasil define apoio a Pivetta e encerra disputa com Jayme Campos

Apoio do União Brasil fortalece projeto de reeleição e amplia o arco político do governador na corrida pelo Palácio Paiaaguás



A vitória política de Otaviano Pivetta na convenção estadual do União Brasil, realizada nesta quinta-feira (30), poderá provocar uma nova mudança de cenário na disputa pelo Governo de Mato Grosso. Por 30 votos a 19, os convencionais rejeitaram a candidatura própria do senador Jayme Campos e aprovaram o apoio da legenda ao projeto de reeleição de Pivetta, atual governador e pré-candidato pelo Republicanos. O resultado representa uma importante vitória para o grupo liderado pelo ex-governador Mauro Mendes, que vinha defendendo publicamente a manutenção da aliança com Pivetta. A decisão também encerra, pelo menos dentro da convenção estadual do União Brasil, uma das principais disputas internas que movimentavam a sucessão estadual. **Pág. 4**

CLIMA TENSO

Após crítica União Brasil de apoiar candidato fora do partido, Dilmar diz que futuro no governo depende de Pivetta

Declarações durante a convenção que definiu o apoio do União Brasil a Pivetta ampliaram o racha na legenda e colocaram em dúvida a permanência de Dilmar na liderança do governo.

O clima de divisão que marcou a convenção estadual do União Brasil nesta quinta-feira (30), em Cuiabá, ganhou novos desdobramentos após o secretário-geral da legenda e líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado estadual Dilmar Dal Bosco, fazer duras críticas à condução do partido e ao ex-governador Mauro Mendes. Além de questionar a decisão da sigla de apoiar um candidato de outra legenda ao Governo de Mato Grosso, o parlamentar classificou Mauro como “traidor”, ampliando o racha interno que tomou conta do União Brasil. **Pág. 7**



NÃO VAI CAIR NA ARMADILHA

“O problema é que a população continua enfrentando transtornos enquanto o cronograma segue sendo adiado”, afirma Lúdio Cabral

Deputado afirma que foco do debate deve ser a conclusão da obra e questiona aumento no custo das estações.



PÁGINA 08

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) voltou a cobrar explicações do Governo de Mato Grosso sobre o andamento das obras do Bus Rapid Transit (BRT), defendendo que o debate permaneça centrado nos atrasos, nos custos do empreendimento e na previsão de entrega do sistema para a população de Cuiabá e Várzea Grande. O parlamentar evitou comentar declarações recentes envolvendo seu nome e afirmou que não pretende desviar o foco das discussões sobre o transporte coletivo. **Pág. 6**

COM EMENDA PARLAMENTAR

Cuiabá assegura R\$ 17 milhões para subsidiar entrada de financiamentos habitacionais

Projeto prevê subsídio para famílias de baixa renda que não conseguem pagar a entrada do financiamento habitacional e será enviado à Câmara de Cuiabá.



ARTIGO

Milei e os ataques à dignidade

Uma cena se repete nas ruas de Buenos Aires. Filas quilométricas diante das sedes da ANDIS — a agência nacional de deficiência da Argentina. Pessoas com deficiência, familiares, cuidadores, esperam horas para reivindicar o que lhes foi tirado: o benefício mensal que, para muitos, era a única fonte de renda para comer, morar, comprar medicamentos, pagar transporte adaptado. O benefício valia cerca de duzentos dólares. Mais de cem mil pessoas o perderam. Por decreto.

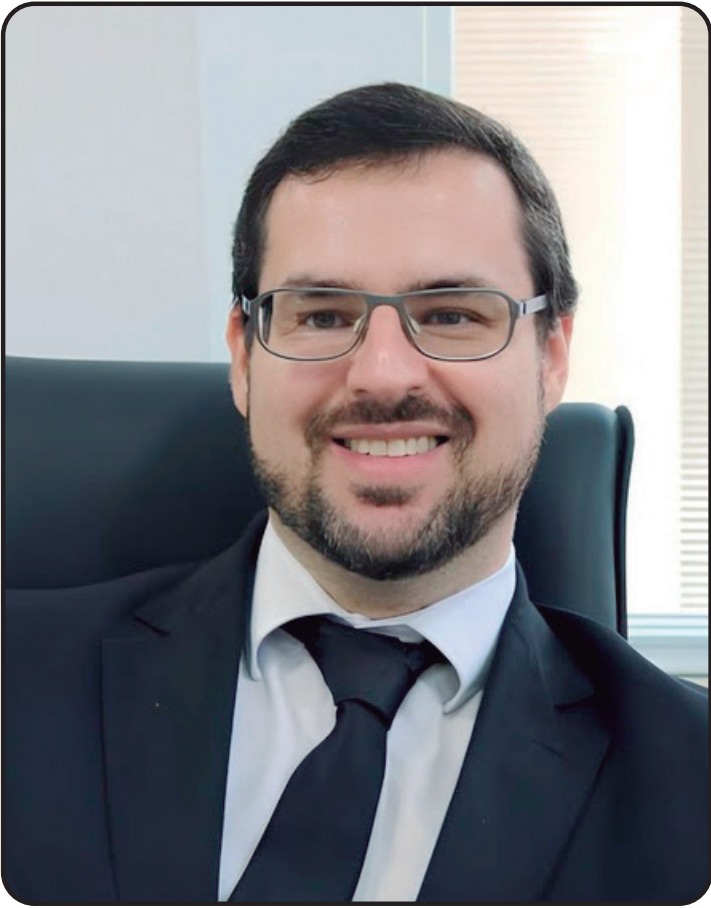
O presidente Javier Milei chegou ao poder brandindo uma motosserra. A metáfora nunca é neutra. Quando se empunha uma motosserra contra o Estado, corta-se carne viva. E a carne que sangra primeiro é sempre a dos mais vulneráveis. “A mais barata...”, como canta Elza Soares.

Segundo a Associated Press, os cortes em programas de terapia especializada afetam cerca de 5 milhões de pessoas na Argentina. Mais de 100 mil já perderam integralmente o benefício mensal de invalidez — dos 1,1 milhão de beneficiários que recebiam aproximadamente 200

dólares. O governo voltou ao critério medicalizado de “capacidade de trabalho” para avaliar quem merece ou não o benefício — exatamente aquele paradigma que a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pela própria Argentina em 2008, havia superado. Centros reduziram horários. Alguns pararam de servir refeições. Outros fecharam as portas. Medicamentos atrasam. Terapias são interrompidas.

O Congresso argentino reagiu. Ambas as casas derrubaram o veto presidencial à Lei de Emergência em Deficiência. No Senado, o placar foi de 63 a 7. Era a primeira vez em mais de vinte anos que um veto presidencial era superado na Argentina. Milei, porém, travou a implementação da lei, argumentando que seu impacto fiscal — cerca de 0,35% do PIB — ameaçaria o superávit. A matemática é reveladora: 0,35% do PIB é preço demais para a dignidade de milhões. Mas o superávit só pesou sobre as vidas que ele ignora.

O que se vê na Argentina é capacitismo institucional escondido sob uma opção econômica. O governo não apenas cortou verbas: desumanizou publicamente as pessoas com deficiência.



Oficiais questionaram o número de beneficiários, insinuando fraude em massa. O próprio presidente ampliou ataques nas redes sociais contra Ian Moche, um menino autista de 12 anos — contas alinhadas ao governo chegaram a publicar o endereço e o nome da escola da criança. Como disse o jornalista Gonzalo Giles, que tem deficiência: “Estão nos matando, não com balas, mas com decisões, com cortes, com decretos, com desculpas técnicas disfarçadas de necessidade e urgência.”

E há um detalhe sórdido: um escândalo de corrupção envolvendo a irmã do próprio Milei, supostamente recebendo propina de um acordo entre a ANDIS e uma empresa farmacêutica. Enquanto

pessoas com deficiência eram acusadas de fraude e perdiam benefícios, quem lucrava era quem precarizava o sistema.

Há um argumento econômico que precisa ser frisado. Ao excluir pessoas com deficiência da vida social, econômica e cultural, não se promove eficiência. Promove-se empobrecimento. É um potencial criativo suprimido. Uma perspectiva única que deixa de contribuir para a inovação coletiva. Diversidade é vantagem competitiva. Quando um governo elimina programas que sustentam a inclusão, está reduzindo o quociente criativo de sua sociedade. A motosserra de Milei não corta apenas gastos. Corta futuros possíveis. Penso em Piazzolla —

“Balada para um loco”. O tango que fala de loucura, de paixão, de vida. Mas há uma loucura que não é poética: é a loucura de quem pensa que pode cortar a dignidade alheia sem cortar a própria humanidade. Saber sufrir y volver a vivir — sofrer e voltar a viver — é a sabedoria do tango. Mas voltar a viver exige condições materiais. Exige benefício. Exige terapia. Exige Estado presente.

Há poucos dias, Milei desembarcou no Brasil. Sua primeira visita ao país como presidente argentino não foi uma visita de Estado. Foi um ato político-partidário em 24 de julho, segundo a Reuters. O homem que brande a motosserra contra os gastos públicos utiliza recursos do Estado argentino para cruzar fronteiras e participar de um rally eleitoral no exterior. O corte sempre recai sobre os mais vulneráveis. A regalia, sobre os poderosos. Esta é a lógica estrutural da austeridade.

Há, no Brasil atual, candidatos e lideranças políticas que batem palmas para Javier Milei. Há quem o apresente como modelo de coragem fiscal. Há, inclusive entre setores desavisados do próprio movimento de pessoas com deficiência, quem veja na retórica da austeridade uma promessa sedutora de modernidade. É preciso abrir os olhos. Pau que bate em Chico também bate em Francisco. A motosserra não tem pátria. O que acontece hoje em Buenos Aires pode acontecer amanhã em Brasília.

O Brasil possui uma legislação protetiva robusta — a Lei Brasileira de

Inclusão, a Convenção da ONU com status de emenda constitucional. Mas leis não se sustentam sozinhas. Precisam de verbas, de instituições funcionais, de vontade política e de vigilância cívica. Quando candidatos enaltecem o modelo de um governante que vetou leis de proteção à deficiência e travou sua implementação mesmo após o Legislativo rejeitar o veto, que vilipendiou publicamente crianças autistas, estão dizendo onde sua tesoura cortará.

O equilíbrio fiscal é objetivo legítimo. Mas a questão não é entre austeridade e prodigalidade. É sobre que vidas a tesoura está disposta a sacrificar no altar dos números. A motosserra que corta verbas de pessoas com deficiência não está apenas mutilando orçamentos. Está mutilando o tecido social, reduzindo o potencial criativo de uma nação e ensinando a crueldade como método de governo.

Que todos aqueles que lutam pela Justiça e pela Inclusão Social saibam: a distância entre Buenos Aires e Brasília, em matéria de Direitos Humanos, é menor do que parece.

André Naves
— *Defensor Público Federal. Especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social. Mestre em Economia Política. Membro dos Grupos de Trabalho de Pessoas em Situação de Rua, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência. Comendador Cultural. Escritor e Professor. www.andrenaves.com.*

EDITORIAL

VOTO CONSCIENTE



Em períodos eleitorais, cresce a circulação de promessas, discursos emocionados e propostas que, muitas vezes, parecem resolver problemas históricos de forma simples. É justamente nesse cenário que se torna ainda mais importante

a reflexão sobre a escolha do voto.

Avaliar quem irá ocupar cargos públicos não deve ser um ato guiado apenas por simpatia, identidade partidária ou discursos de ocasião. O voto é uma decisão com impacto direto na vida cotidiana: na saúde,

na educação, na infraestrutura, na segurança e na gestão dos recursos públicos.

Por isso, é fundamental observar a trajetória dos candidatos, sua coerência ao longo do tempo, suas responsabilidades anteriores e a capacidade real de executar aquilo que defendem em campanha. Promessas devem ser analisadas com cautela, especialmente quando não vêm acompanhadas de planejamento, dados ou histórico de entrega.

Também é importante considerar o comportamento público dos postulantes ao longo do mandato, ou de suas atuações anteriores em cargos políticos, administrativos ou representativos. A forma como lidam com o diálogo institucional, com a fiscalização e com a prestação de contas diz muito sobre como poderão agir no exercício do poder.

Outro ponto essencial é

buscar informação de diferentes fontes, evitando decisões baseadas apenas em recortes de redes sociais ou conteúdos descontextualizados. O acesso a informações mais amplas ajuda a reduzir distorções e amplia a capacidade de análise.

O voto consciente não significa perfeição na escolha, mas sim responsabilidade na decisão. Em uma democracia, cada eleição é uma oportunidade de correção de rumos, e essa possibilidade depende diretamente da atenção e do critério de cada eleitor.

Mais do que uma obrigação formal, o voto é uma forma de participação ativa na construção do futuro coletivo. E quanto mais qualificada for a avaliação de quem recebe esse voto, mais fortalecidas tendem a ser as instituições e a própria vida pública.

A INFORMAÇÃO QUE
CONECTA MATO GROSSO.

NOTÍCIAS

POLÍTICA

POLÍCIA

CIDADES

ECONOMIA

Acesse agora e fique sempre **bem informado.**

ACESSE AGORA
nexomt.com.br

CAIO CORDEIRO- VEREADOR POR VÁRZEA GRANDE

LUCAS LEITE

“A política de Várzea Grande precisa mudar”: Caio Cordeiro critica Câmara, transporte e influência de grupos tradicionais



COPopular- A decisão do União Brasil de apoiar Otaviano Pivetta encerrou a possibilidade de Jayme Campos disputar o Governo de Mato Grosso. Como o senhor recebeu esse desfecho e qual análise faz desse novo cenário político para 2026?

Caio Cordeiro- Me surpreende porque estamos falando de uma pessoa que construiu sua história dentro do partido, desde o antigo PFL, como foi bem pontuado, há muitos anos. Ele fazia parte dos chamados caciques da legenda, de uma época em que o partido ainda utilizava o número 25. E hoje, dentro do próprio partido, passar por uma rejeição como essa chama atenção.

Quando você observa o resultado da votação, com 19 votos contra 30, percebe que a perda de força política não está apenas fora da legenda, mas também dentro do próprio partido. O resultado mostra que talvez já não exista mais, internamente, a mesma visão e o mesmo peso político que Jayme Campos teve durante muitos anos dentro da sigla.

COPopular- Vereador, o presidente da Câmara anunciou recentemente a conquista de um selo de transparência e pediu que esse reconhecimento fosse divulgado. O senhor pode explicar que premiação foi essa, quais critérios foram avaliados e o que esse resultado representa para o Legislativo municipal?

Caio Cordeiro- Inclusive, eu solicitei a ele que encaminhasse o processo para que pudesse analisar melhor a situação. O que aconteceu, na verdade, foi uma questão relacionada à Justiça. Ele afirmou que houve um reconhecimento da transparência da Câmara, mas é importante lembrar que esse resultado veio após uma ação judicial justamente questionando a ausência de transparência no Legislativo.

Hoje, eu convido qualquer cidadão a acessar o Portal da Transparência da Câmara Municipal de Várzea Grande e verificar alguns pontos. Um deles é a questão das verbas indenizatórias, por exemplo, relacionadas aos veículos utilizados por servidores comissionados ou outros carros vinculados à Câmara.

Uma instituição que se apresenta como transparente precisa disponibilizar todas as informações de forma clara. No entanto, ao acessar o portal, muitas vezes o cidadão não consegue identificar qual servidor utiliza determinado veículo ou quais são exatamente os valores pagos.

É possível verificar informações sobre veículos e remunerações, mas ainda existem questionamentos sobre a divulgação das verbas indenizatórias, inclusive aquelas autorizadas pela própria presidência da Câmara. É preciso mostrar quanto é pago e quais são os valores envolvidos de forma detalhada.

Também é cobrada transparência em relação aos gastos com comunicação do Poder Executivo, mas fica o questionamento: a Câmara Municipal também está disposta a apresentar, com o mesmo nível de detalhamento, todos os gastos realizados nessa área durante o período atual?

Por isso, vejo uma certa incoerência nesse discurso de transparência adotado pela atual gestão da Câmara, principalmente sob a presidência de Wanderley Cerqueira.

COPopular- Vereador, o senhor tem defendido mudanças no transporte público coletivo de Várzea Grande, incluindo propostas como o passe livre e a criação de uma CPI para investigar o funcionamento do serviço. Na sua avaliação, quais são hoje os principais problemas que impedem a melhoria efetiva do transporte coletivo e quais medidas precisam ser adotadas para garantir um serviço de melhor qualidade à população?

Caio Cordeiro- Primeiramente, o transporte coletivo precisa deixar de estar nas mãos de grupos políticos, que é o que acontece hoje em Várzea Grande. É por isso que tenho feito esses enfrentamentos.

Vocês acompanham diariamente as reclamações da população que depende desse serviço. E o que vemos é uma situação que precisa ser debatida com responsabilidade. Quando faço essas críticas, não falo por achismo. Sempre procuro me basear em documentos e informações oficiais.

Eu nunca faço ataques pessoais, mas questiono aquilo que está registrado em documentos públicos. E esses documentos mostram que o proprietário da empresa União Transporte é o senhor Rômulo Botelho, irmão do deputado estadual Eduardo Botelho. A partir daí, existe uma relação política que precisa ser observada.

Até esse ponto, uma relação familiar ou política, por si só, não representa um problema. A questão é quando existem outros fatores envolvidos. O presidente da Câmara, por exemplo, é um apoiador declarado do deputado Botelho, e percebemos que qualquer discussão envolvendo o transporte coletivo acaba encontrando dificuldades dentro do município.

Não foi apenas a minha CPI que

enfrentou obstáculos. Mesmo seguindo o Regimento Interno da Câmara e cumprindo os procedimentos previstos, fui encaminhado à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar para que minha conduta fosse avaliada justamente por seguir aquilo que determina o regimento.

Às vezes, passa a impressão de que o regimento é interpretado conforme a conveniência de alguns. Quando alguém cobra o cumprimento das regras, acaba sendo questionado.

Eu também fico atento quando alguém precisa reafirmar constantemente suas próprias qualidades. Quando uma pessoa repete o tempo todo que é honesta ou que tem as mãos limpas, isso acaba gerando questionamentos. A avaliação da população deve acontecer pelos atos e pelas atitudes.

O importante é garantir que todos tenham espaço para falar e

Parlamentar revela bastidores da política várzea-grandense, comenta o novo cenário eleitoral de 2026 e faz críticas à estrutura de poder que, segundo ele, influencia decisões no município

que a população possa acompanhar os dois lados. Muitas vezes, quem está do outro lado da situação não apresenta a mesma visão que é divulgada por quem ocupa uma posição de poder.

COPopular- Vereador, Várzea Grande frequentemente é alvo de críticas em relação ao cenário político e ao funcionamento do Legislativo municipal. Na sua avaliação, quais fatores contribuíram para esse desgaste da imagem da política na cidade? O que explica as dificuldades enfrentadas pelo município em comparação com outras cidades de Mato Grosso e o que precisa ser feito para mudar essa realidade?

Caio Cordeiro- Eu penso que hoje essa visão que a população tem sobre a política de Várzea Grande também é resultado do avanço da tecnologia e dos mecanismos de transparência, que permitiram mostrar com mais clareza a atuação dos representantes públicos.

O vereador de Várzea Grande, Caio Cordeiro, faz uma avaliação crítica do atual cenário político do município e comenta temas que têm gerado debates dentro e fora da Câmara Municipal. Em entrevista o parlamentar falou sobre a decisão do União Brasil de apoiar Otaviano Pivetta na disputa pelo Governo de Mato Grosso, deixando Jayme Campos fora da corrida pelo Palácio Paiaçu, além de analisar o desgaste político da cidade e a perda de espaço de grupos tradicionais.

Durante a conversa, Caio também comentou a polêmica envolvendo o selo de transparência divulgado pela presidência da Câmara, questionou a divulgação de informações públicas e defendeu que o Legislativo amplie o acesso da população aos dados administrativos.

O vereador ainda abordou sua atuação em relação ao transporte coletivo de Várzea Grande, onde defende medidas como o passe livre e a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o serviço. Segundo ele, o setor precisa ser afastado de influências políticas e passar por mudanças estruturais para atender melhor os usuários.

Na entrevista, Caio também falou sobre a relação entre Executivo e Legislativo ao longo da história política do município, criticou o que classifica como influência excessiva de grupos tradicionais e afirmou que a população passou a acompanhar mais de perto a atuação dos representantes públicos.

Outro ponto abordado foi a restrição ao atendimento em seu gabinete após uma portaria da presidência da Câmara. O vereador afirma que a medida dificultou o contato direto com os moradores e diz que passou a buscar alternativas para continuar recebendo demandas da população fora do espaço oficial.

Antes, eu costumava dizer que a Câmara de Várzea Grande funcionava muitas vezes como um ‘puxadinho’ da Prefeitura. Era uma situação em que o prefeito que estivesse no mandato tinha grande influência sobre o Legislativo, e a Câmara acabava seguindo essa orientação sem muito espaço para contrapontos. Era difícil encontrar uma oposição atuante.

Hoje, com uma população mais informada e acompanhando mais de perto o trabalho dos vereadores, as pessoas conseguem perceber o peso que um parlamentar e, principalmente, quem ocupa a presidência da Câmara, pode ter nos rumos de uma cidade.

Eu mesmo, estando dentro do Legislativo, não imaginava que alguém pudesse chegar a determinado nível de influência a ponto de, na minha avaliação, prejudicar o andamento do município, como acredito que ocorreu na gestão do presidente Wanderley Cerqueira.

Vejo que essa situação também é resultado de uma construção política histórica, de grupos que durante muito tempo tiveram predominância em Várzea Grande e criaram determinadas narrativas sobre como a política deveria funcionar na cidade.

Quando fui candidato, eu tinha 28 anos e era o vereador mais jovem da Câmara de Várzea Grande. Naquela época, eu ouvia muito que, sem o apoio dos Campos, seria praticamente impossível conseguir uma eleição. Isso também influenciava a visão do eleitor, que muitas vezes acreditava que, para a cidade avançar, seria necessário escolher alguém ligado aos grupos tradicionais.

Eu sempre escutava aquela frase de que, se os Campos colocassem até um poste como candidato em Várzea Grande, ele seria eleito. Mas essa realidade vem mudando. O que estamos vendo agora é um conflito de narrativas, tanto dentro da política quanto entre a população, que começa a avaliar de uma forma diferente seus representantes e as estruturas tradicionais de poder.

COPopular- Vereador, recentemente o senhor passou a divulgar atendimentos realizados fora do gabinete e afirmou que isso ocorreu após uma restrição ao uso do espaço dentro da Câmara. Pode explicar o que motivou essa situação, quem tomou essa decisão e quais alternativas o senhor encontrou para manter o contato com a população?

Caio Cordeiro- Infelizmente, nós já solicitamos várias vezes ao presidente da Câmara que revogue essa portaria. O que chama atenção

é que, desde o início do mandato, meu gabinete sempre funcionou em horário ampliado para atender melhor a população.

Mesmo com o expediente oficial da Câmara encerrando às 13h, nós mantínhamos o atendimento durante todo o dia, geralmente das 7h às 18h, porque entendemos que o cidadão precisa ter acesso ao vereador. Além disso, as próprias secretarias municipais funcionam até mais tarde, então era uma forma de facilitar o encaminhamento de demandas, elaboração de ofícios e comunicação com os órgãos públicos.

Com a nova portaria, passamos a organizar os atendimentos por agendamento, justamente para evitar que a população fique esperando por longos períodos. Nós tínhamos, por exemplo, atendimentos no período da tarde, principalmente às quartas-feiras, quando muitos moradores conseguiam comparecer.

Após alguns enfrentamentos e uma sessão em que houve discussões internas, na semana seguinte foi publicada uma portaria que, segundo a minha interpretação, restringiu o atendimento ao público dentro dos gabinetes após as 13h. Também houve mudanças relacionadas aos cargos dos nossos assessores.

A portaria permite que vereadores, assessores e servidores permaneçam na Câmara após esse horário, mas impede, segundo o documento, que cidadãos entrem para serem atendidos nos gabinetes durante esse período.

Essa regra não vale apenas durante o recesso, ela permanece em vigor de forma permanente. Ou seja, depois das 13h, o vereador pode estar no gabinete, o assessor pode estar trabalhando, mas o cidadão não pode ser recebido naquele espaço.

Eu questiono essa decisão porque a Câmara é a Casa do Povo. Quando chega o período eleitoral, o cidadão é fundamental, participa, escolhe seus representantes e acompanha o trabalho dos vereadores. Então, não faz sentido impedir que essa mesma população tenha acesso ao parlamentar dentro da própria Câmara.

O que mais me chamou atenção foi uma declaração feita pelo assessor da presidência, durante uma discussão sobre o assunto. Pelo que foi colocado, existiria uma preocupação com os custos gerados pela entrada de cidadãos na Câmara para serem atendidos.

Na minha visão, essa justificativa causa estranheza, porque o vereador e o assessor já estão na estrutura da Câmara, independentemente de haver ou não atendimento. A presença da população buscando atendimento não deveria ser vista como um gasto, mas como parte da função do Legislativo.

ELEIÇÃO 2026

MAYKOM MILLAS

Após vitória na convenção do União Brasil, Otaviano Pivetta pode ganhar força e disparar nas pesquisas

Apoio do União Brasil fortalece projeto de reeleição e amplia o arco político do governador na corrida pelo Palácio Paiaaguás

A vitória política de Otaviano Pivetta na convenção estadual do União Brasil, realizada nesta quinta-feira (30), poderá provocar uma nova mudança de cenário na disputa pelo Governo de Mato Grosso. Por 30 votos a 19, os convencionais rejeitaram a candidatura própria do senador Jayme Campos e aprovaram o apoio da legenda ao projeto de reeleição de Pivetta, atual governador e pré-candidato pelo Republicanos.

O resultado representa uma importante vitória para o grupo liderado pelo ex-governador Mauro Mendes, que vinha defendendo publicamente a manutenção da aliança com Pivetta. A decisão também encerra, pelo menos dentro da convenção estadual do União Brasil, uma das principais disputas internas que movimentavam a sucessão estadual.

A principal consequência política da decisão é a ampliação do grupo que poderá sustentar a candidatura de Pivetta.

Antes da convenção, o cenário ainda apresentava forte incerteza. O União Brasil discutia entre lançar Jayme Campos ao Governo ou apoiar Pivetta. A votação colocou fim à disputa interna e deu ao governador um importante reforço político justamente no momento em que as candidaturas começam a ser consolidadas.

Para Pivetta, a conquista pode significar aumento de estrutura, maior presença nos municípios e ampliação da capacidade de mobilização eleitoral.

Na prática, a decisão também coloca o grupo

governista em uma posição mais confortável para avançar nas negociações com outras siglas.

A grande expectativa agora está voltada para os próximos levantamentos eleitorais.

A vitória do grupo de Pivetta no União Brasil não significa, automaticamente, que haverá uma disparada nas pesquisas. Entretanto, o resultado pode produzir efeitos importantes sobre a percepção do eleitorado, especialmente porque a disputa começa a ficar mais definida.

Uma candidatura que passa a contar com o apoio formal de uma legenda de peso e com uma estrutura política mais ampla tende a ganhar maior exposição pública.

Esse movimento poderá ser medido nas próximas pesquisas, principalmente nos índices de intenção de voto, rejeição e conhecimento dos candidatos.

Levantamento do Instituto Veritá divulgado recentemente mostrou Pivetta na liderança do cenário espontâneo, com 35,4%, enquanto Wellington Fagundes apareceu com 24,5% e Jayme Campos com 10,4%. No cenário estimulado, porém, Fagundes liderava com 40,5%, mostrando que a corrida ainda apresenta diferenças importantes conforme a metodologia utilizada.

Por isso, os próximos levantamentos terão papel fundamental para verificar se a vitória política obtida na convenção será convertida em crescimento eleitoral.

Outro elemento importante é a influência



de Mauro Mendes dentro do grupo político.

O ex-governador, que deixou o cargo para disputar o Senado, vinha trabalhando para manter a aliança com Pivetta. A decisão do União Brasil representa, portanto, uma vitória também para sua estratégia política.

O resultado de 30 a 19 demonstra que a posição defendida por Mendes conseguiu superar a tentativa de Jayme Campos de levar o partido a uma candidatura própria ao Governo.

A partir de agora, a tendência é que o grupo concentre esforços na construção de uma ampla aliança eleitoral.

Para transformar a força partidária em votos, Pivetta terá pela frente uma tarefa decisiva: ampliar sua presen-

ça no interior de Mato Grosso.

A experiência política do governador, sua passagem pela Prefeitura de Lucas do Rio Verde e sua atuação no governo estadual serão elementos que deverão ser explorados durante a campanha.

A capacidade de reunir prefeitos, vereadores, lideranças empresariais, produtores rurais e representantes de diferentes regiões poderá fazer diferença em uma eleição estadual.

O apoio do União Brasil pode facilitar esse processo, oferecendo uma estrutura política mais abrangente para a campanha.

Embora a vitória na convenção seja significativa, a eleição começa agora uma nova etapa.

Os adversários terão

tempo para reorganizar suas estratégias e apresentar alternativas ao eleitor. A candidatura de Pivetta também estará sujeita ao desgaste natural de uma campanha eleitoral, às críticas dos adversários e à avaliação da população sobre a administração estadual.

Por isso, a expectativa de uma “disparada” nas pesquisas precisa ser tratada como uma possibilidade política, e não como resultado já confirmado.

Se os próximos levantamentos mostrarem crescimento consistente de Pivetta após a definição do apoio do União Brasil, ficará evidente que a vitória na convenção produziu impacto eleitoral.

O fato é que Pivetta chega ao início de agosto em uma situação poli-

ticamente diferente daquela que enfrentava semanas atrás.

O governador conseguiu consolidar o apoio do União Brasil, derrotou internamente o grupo que defendia candidatura própria de Jayme Campos e ganhou mais espaço para construir uma aliança competitiva.

Agora, a disputa deixa de ser apenas uma batalha de bastidores e começa a ser travada diretamente diante do eleitor.

Se a força demonstrada nas convenções se transformar em votos, os próximos levantamentos poderão confirmar uma nova tendência: Otaviano Pivetta entrando em uma trajetória de crescimento e se fortalecendo cada vez mais na corrida pelo Governo de Mato Grosso.

DE UM MILHÃO DE ACESSOS

www.copopular.com.br

Popular 26 ANOS

Wellington Fagundes não aceita Janaína Riva como vice de Pivetta? Composição pode provocar racha no grupo político

Possível aliança entre Pivetta e Janaína Riva aumenta tensão nos bastidores e pode colocar Wellington diante de uma difícil decisão eleitoral.

A disputa pelo Governo de Mato Grosso ganhou um novo capítulo com o avanço das articulações para que a deputada estadual Janaína Riva, do MDB, seja candidata a vice-governadora na chapa encabeçada pelo governador Otaviano Pivetta, do Republicanos.

A possibilidade de composição vem ganhando força nos bastidores e já é tratada por lideranças partidárias como uma alternativa bastante competitiva para a eleição de 2026.

O problema é que a eventual escolha de Janaína como vice de Pivetta coloca uma situação politicamente delicada para o senador Wellington Fagundes, do PL, que também pretende disputar o Palácio Paiguás e é sogro da deputada.

Embora não haja confirmação pública de que Wellington tenha formalmente vetado a participação de Janaína na chapa de Pivetta, a composição cria inevitavelmente um conflito de interesses políticos dentro de uma mesma família e pode aumentar a disputa entre os dois projetos.

Nos últimos dias, as articulações em torno do nome de Janaína ganharam velocidade.

Fontes políticas ouvidas pela imprensa apontam que dirigentes do Republicanos e do MDB trabalham para viabilizar a composição. O próprio Pivetta passou a admitir publicamente a importância estratégica da deputada e mantém seu nome no radar para a vaga de vice ou até para outra posição na chapa majoritária.

A movimentação ganhou ainda mais força depois da definição do União Brasil, que decidiu apoiar o projeto de reeleição de Pivetta. Com isso, o governador passou a ter maior espaço para ampliar sua aliança e buscar novos partidos para fortalecer a chapa.

A possível escolha de Janaína como vice coloca Wellington Fagundes diante de uma situação politicamente complexa.

De um lado, o senador trabalha para construir sua própria candidatura ao Governo. De outro, sua nora pode decidir integrar justamente a chapa de um dos principais adversários na disputa pelo Palácio Paiguás.

A situação pode gerar desconforto dentro do campo político e obrigar Wellington a adotar uma postura ainda mais clara sobre sua estratégia eleitoral.

Caso Janaína aceite ser vice de Pivetta, a tendência é que ela deixe de lado o projeto de disputar o Governo ou outras posições majoritárias para participar diretamente da chapa governista.

O maior risco para o grupo de Wellington é justamente uma ruptura

ra política.

A eventual aliança Pivetta-Janaína pode dividir apoios que hoje circulam entre diferentes grupos e provocar mudanças nas articulações partidárias.

O MDB já vinha conversando tanto com Wellington quanto com Pivetta. A presidente estadual da legenda, Janaína Riva, confirmou que o partido avaliava os dois projetos para definir qual composição seria mais vantajosa.

Com o avanço da negociação para que Janaína seja vice de Pivetta, entretanto, o cenário começa a mudar.

Uma decisão nesse sentido representaria uma demonstração clara de que o MDB estaria

jeto de Pivetta e, consequentemente, dificultar a estratégia de Wellington.

O episódio ganhou uma dimensão ainda maior porque envolve relações familiares.

Wellington e Janaína estão ligados por laços familiares, mas, em uma eleição majoritária, os interesses políticos podem seguir caminhos diferentes.

A possível escolha de Janaína por Pivetta demonstra como as eleições de 2026 estão produzindo alianças que podem superar antigas divisões e, ao mesmo tempo, provocar afastamentos entre grupos que antes caminhavam próximos.

A política, nesse caso, poderá falar mais alto que as relações partidárias

não aceita Janaína Riva como vice de Pivetta? Composição pode provocar racha no grupo político

Possível aliança entre Pivetta e Janaína Riva aumenta tensão nos bastidores e pode colocar Wellington diante de uma difícil decisão eleitoral.

A disputa pelo Governo de Mato Grosso ganhou um novo capítulo com o avanço das articulações para que a deputada estadual Janaína Riva, do MDB, seja candidata a vice-governadora na chapa encabeçada pelo governador Otaviano Pivetta, do Republicanos.

A possibilidade de composição vem ganhando força nos bastidores e já é tratada por lideranças partidárias como

ca Wellington Fagundes diante de uma situação politicamente complexa.

De um lado, o senador trabalha para construir sua própria candidatura ao Governo. De outro, sua nora pode decidir integrar justamente a chapa de um dos principais adversários na disputa pelo Palácio Paiguás.

A situação pode gerar desconforto dentro do campo político e obrigar Wellington a adotar uma postura ainda mais clara sobre sua estratégia eleitoral.

Caso Janaína aceite ser vice de Pivetta, a tendência é que ela deixe de lado o projeto de disputar o Governo ou outras posições majoritárias para participar diretamente

Por isso, a negociação é considerada estratégica pelos aliados do governador.

A eventual composição também poderá alterar o equilíbrio da eleição.

Levantamentos anteriores mostram que Wellington e Pivetta já apareciam entre os principais nomes da disputa. Em pesquisa divulgada em março de 2026, por exemplo, um cenário de segundo turno apontava Wellington à frente de Pivetta, mostrando que a disputa ainda estava aberta e dependia da formação das alianças.

Com a aproximação entre Pivetta e Janaína, entretanto, os números poderão mudar à medida que os candidatos consolidarem suas chapas.

A entrada da deputada como vice poderá transferir parte de sua força política para o projeto de Pivetta e, consequentemente, dificultar a estratégia de Wellington.

O episódio ganhou uma dimensão ainda maior porque envolve relações familiares.

Wellington e Janaína estão ligados por laços familiares, mas, em uma eleição majoritária, os interesses políticos podem seguir caminhos diferentes.

A possível escolha de Janaína por Pivetta demonstra como as eleições de 2026 estão produzindo alianças que podem superar antigas divisões e, ao mesmo tempo, provocar afastamentos entre grupos que antes caminhavam próximos.

A política, nesse caso, poderá falar mais alto que as relações partidárias tradicionais.

Agora, todas as atenções estão voltadas para a decisão da deputada.

Caso aceite o convite para ser vice de Pivetta, Janaína poderá se transformar em uma das peças mais importantes da eleição estadual.

Caso opte por permanecer ao lado de Wellington ou seguir outro caminho, o desenho da disputa poderá mudar novamente.

O MDB marcou sua convenção para 4 de agosto, quando deverá definir sua posição eleitoral e a composição da chapa majoritária.

A possível chapa Pivetta-Janaína mostra que a eleição de 2026 entrou definitivamente em uma fase de decisões.

Pivetta busca ampliar sua aliança depois de consolidar o apoio do União Brasil. Wellington tenta manter sua candidatura competitiva e ampliar o grupo político em torno de seu nome. E Janaína aparece como uma das principais peças desse tabuleiro.

Se a composição entre Pivetta e Janaína for confirmada, Wellington terá de decidir se mantém sua candidatura, busca uma nova aliança ou tenta reorganizar sua estratégia.

Mais do que a escolha de um vice, a decisão poderá representar uma nova divisão do mapa político de Mato Grosso e transformar a disputa pelo Governo em uma eleição ainda mais acirrada.



disposto a caminhar com Pivetta na disputa pelo Governo.

Do ponto de vista eleitoral, a entrada de Janaína na chapa de Pivetta teria potencial para ampliar o alcance da candidatura.

A deputada possui presença política consolidada, especialmente no interior do Estado, além de representar uma parcela importante do eleitorado feminino.

Uma chapa formada por Pivetta e Janaína também poderia reunir diferentes grupos políticos e apresentar ao eleitor uma composição capaz de dialogar com setores distintos da sociedade.

Por isso, a negociação é considerada estratégica pelos aliados do governador.

A eventual composição também poderá alterar o equilíbrio da eleição.

Levantamentos anteriores mostram que Wellington e Pivetta já apareciam entre os principais nomes da disputa. Em pesquisa divulgada em março de 2026, por exemplo, um cenário de segundo turno apontava Wellington à frente de Pivetta, mostrando que a disputa ainda estava aberta e dependia da formação das alianças.

Com a aproximação entre Pivetta e Janaína, entretanto, os números poderão mudar à medida que os candidatos consolidarem suas chapas.

A entrada da deputada como vice poderá transferir parte de sua força política para o pro-

rias tradicionais.

Agora, todas as atenções estão voltadas para a decisão da deputada.

Caso aceite o convite para ser vice de Pivetta, Janaína poderá se transformar em uma das peças mais importantes da eleição estadual.

Caso opte por permanecer ao lado de Wellington ou seguir outro caminho, o desenho da disputa poderá mudar novamente.

O MDB marcou sua convenção para 4 de agosto, quando deverá definir sua posição eleitoral e a composição da chapa majoritária.

A possível chapa Pivetta-Janaína mostra que a eleição de 2026 entrou definitivamente em uma fase de decisões.

Pivetta busca ampliar sua aliança depois de consolidar o apoio do União Brasil. Wellington tenta manter sua candidatura competitiva e ampliar o grupo político em torno de seu nome. E Janaína aparece como uma das principais peças desse tabuleiro.

Se a composição entre Pivetta e Janaína for confirmada, Wellington terá de decidir se mantém sua candidatura, busca uma nova aliança ou tenta reorganizar sua estratégia.

Mais do que a escolha de um vice, a decisão poderá representar uma nova divisão do mapa político de Mato Grosso e transformar a disputa pelo Governo em uma eleição ainda mais acirrada.

Wellington Fagundes

uma alternativa bastante competitiva para a eleição de 2026.

O problema é que a eventual escolha de Janaína como vice de Pivetta coloca uma situação politicamente delicada para o senador Wellington Fagundes, do PL, que também pretende disputar o Palácio Paiguás e é sogro da deputada.

Embora não haja confirmação pública de que Wellington tenha formalmente vetado a participação de Janaína na chapa de Pivetta, a composição cria inevitavelmente um conflito de interesses políticos dentro de uma mesma família e pode aumentar a disputa entre os dois projetos.

Nos últimos dias, as articulações em torno do nome de Janaína ganharam velocidade.

Fontes políticas ouvidas pela imprensa apontam que dirigentes do Republicanos e do MDB trabalham para viabilizar a composição. O próprio Pivetta passou a admitir publicamente a importância estratégica da deputada e mantém seu nome no radar para a vaga de vice ou até para outra posição na chapa majoritária.

A movimentação ganhou ainda mais força depois da definição do União Brasil, que decidiu apoiar o projeto de reeleição de Pivetta. Com isso, o governador passou a ter maior espaço para ampliar sua aliança e buscar novos partidos para fortalecer a chapa.

A possível escolha de Janaína como vice colo-

da chapa governista.

O maior risco para o grupo de Wellington é justamente uma ruptura política.

A eventual aliança Pivetta-Janaína pode dividir apoios que hoje circulam entre diferentes grupos e provocar mudanças nas articulações partidárias.

O MDB já vinha conversando tanto com Wellington quanto com Pivetta. A presidente estadual da legenda, Janaína Riva, confirmou que o partido avaliava os dois projetos para definir qual composição seria mais vantajosa.

Com o avanço da negociação para que Janaína seja vice de Pivetta, entretanto, o cenário começa a mudar.

Uma decisão nesse sentido representaria uma demonstração clara de que o MDB estaria disposto a caminhar com Pivetta na disputa pelo Governo.

Do ponto de vista eleitoral, a entrada de Janaína na chapa de Pivetta teria potencial para ampliar o alcance da candidatura.

A deputada possui presença política consolidada, especialmente no interior do Estado, além de representar uma parcela importante do eleitorado feminino.

Uma chapa formada por Pivetta e Janaína também poderia reunir diferentes grupos políticos e apresentar ao eleitor uma composição capaz de dialogar com setores distintos da sociedade.

NÃO VAI CAIR NA ARMADILHA

ANA CAROLINA GUERRA

“O problema é que a população continua enfrentando transtornos enquanto o cronograma segue sendo adiado”, afirma Lúdio Cabral

Deputado afirma que foco do debate deve ser a conclusão da obra e questiona aumento no custo das estações



O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) voltou a cobrar explicações do Governo de Mato Grosso sobre o andamento das obras do Bus Rapid Transit (BRT), defendendo que o debate permaneça centra-

do nos atrasos, nos custos do empreendimento e na previsão de entrega do sistema para a população de Cuiabá e Várzea Grande. O parlamentar evitou comentar declarações recentes envolvendo seu

nome e afirmou que não pretende desviar o foco das discussões sobre o transporte coletivo. “Não vou cair nessa armadilha. O que precisamos debater é o problema da obra atrasada do BRT,

que há quase oito anos vem sacrificando a população de Cuiabá e Várzea Grande”, afirmou.

Segundo Lúdio, cabe à Casa de Leis fiscalizar a execução da obra e cobrar do Executivo o cumprimento dos prazos anunciados desde o início do projeto. Para ele, o governo ainda não apresentou respostas convincentes sobre quando o sistema começará a operar.

“O governador precisa responder quando o BRT vai entrar em funcionamento para atender a população. Essa é a principal pergunta que continua sem resposta”, declarou.

O deputado também voltou a questionar o custo das futuras estações do sistema. De acordo com ele, os valores previstos sofreram aumento expressivo em um curto intervalo de tempo, sem justificativas técnicas suficientes.

O deputado citou que um edital previa investimento de R\$ 68 milhões para a construção de 77 estações, enquanto, poucos meses depois, o custo passou para R\$ 120 milhões. “As explicações apresentadas são muito frágeis. Alegar que esse aumento ocorreu por causa da espessura do vidro, do tipo de ar-condicionado ou da quantidade de portas não justifica praticamente dobrar o valor da obra. Cada estação custará, no mínimo, R\$ 1,5 milhão”, criticou.

Na avaliação do parlamentar, o governo precisa esclarecer as suspeitas envolvendo os custos do empreendimento e garantir transparência sobre a aplicação dos recursos públicos.

Lúdio também rebateu as críticas de parlamentares da base governista que classificaram os

questionamentos como uma tentativa de desviar o foco do debate. Segundo o deputado, quem busca desviar a atenção é o próprio governo ao evitar responder sobre os atrasos e os custos da obra. Ele ressaltou ainda que a população continua enfrentando transtornos enquanto o cronograma segue sendo sucessivamente adiado.

O deputado lembrou ainda que a substituição do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo BRT foi anunciada em 2020 com a promessa de conclusão até dezembro de 2022. Passados quase quatro anos do prazo inicialmente previsto, o sistema segue sem entrar em operação.

Para Lúdio, a prioridade agora deve ser esclarecer os gastos, concluir as obras e entregar um sistema de transporte eficiente para a população da região metropolitana.

FIM DA GUERRA

LUCAS LEITE

Convenção do União Brasil define apoio a Pivetta e encerra disputa com Jayme Campos

Por 30 votos a 19, convencionais derrotaram a tese de candidatura própria defendida pelo senador Jayme Campos e oficializaram o apoio do União Brasil ao governador Otaviano Pivetta na disputa pelo Palácio Paiaaguás

A convenção estadual do União Brasil, realizada em Cuiabá, encerrou uma das maiores disputas internas da legenda nos últimos anos e definiu o rumo do partido para as eleições de 2026. Por 30 votos a 19, além de uma abstenção e um voto inválido, os convencionais aprovaram a manutenção da aliança com o Republicanos e oficializaram o apoio do União Brasil à candidatura do governador Otaviano Pivetta ao Governo de Mato Grosso.

A votação consolidou uma vitória política do ex-governador Mauro Mendes, presidente estadual do União Brasil, que liderou a articulação pela manutenção da parceria construída ao longo dos últimos anos com o Republicanos. Ao mesmo tempo, representou uma derrota para o senador Jayme Campos, que defendia o lançamento de uma candidatura própria da legenda ao Palácio Paiaaguás e pretendia ser o nome escolhido pelo partido para disputar o Governo do Estado.

O resultado coloca fim a meses de articulações e divergências que dividiram a principal legenda da base governista em Mato Grosso. Durante as últimas semanas, os dois grupos intensificaram as conversas com prefeitos, deputados, vereadores e dirigentes partidários em busca de apoio para a convenção, transformando a votação em um verdadeiro teste de força política entre Mauro Mendes e Jayme Campos.

No fim, prevaleceu a tese defendida pelo ex-governador.

A diferença de 11 votos mostrou que Mauro Mendes conseguiu construir uma maioria sólida dentro do partido, garantindo respaldo para manter a estratégia política que vem sendo construída desde o início de sua gestão no Governo do Estado. A decisão também encerra qualquer possibilidade de o



União Brasil lançar candidatura própria ao Executivo estadual, já que a legenda passa a integrar oficialmente o projeto de reeleição de Otaviano Pivetta.

A convenção foi precedida por semanas de intensas negociações nos bastidores. Enquanto Mauro Mendes defendia a continuidade da aliança entre União Brasil e Republicanos, Jayme Campos sustentava que o partido deveria disputar o Governo com um candidato próprio.

Nos bastidores, o senador argumentava que o União Brasil possui estrutura, lideranças e representatividade suficientes para protagonizar a eleição estadual. O próprio Jayme era apontado como o principal nome para encabeçar essa candidatura.

Já Mauro Mendes defendia que a manutenção da aliança garantiria estabilidade política e permitiria dar continuidade ao modelo de gestão implantado desde 2019.

Antes da votação, os dois grupos apresentavam projeções otimistas. Aliados de Jayme afirmavam que o senador chegaria à convenção com maioria suficiente para derrotar a proposta de apoio a Pivetta. Já integrantes da ala ligada a Mauro garantiam possuir mais de 30 votos fa-

voráveis à continuidade da aliança.

O resultado confirmou os cálculos do grupo do ex-governador.

Mais do que definir o posicionamento eleitoral do União Brasil, a convenção também mediu a força política das principais lideranças da legenda.

Ao conquistar 30 votos favoráveis à sua proposta, Mauro Mendes demonstrou manter amplo controle sobre o partido em Mato Grosso. A vitória reforça sua liderança dentro da legenda justamente no momento em que passa a concentrar esforços na disputa por uma vaga no Senado Federal.

A convenção também evidenciou a influência construída por Mauro ao longo dos últimos anos junto a prefeitos, deputados estaduais, parlamentares federais e dirigentes municipais do União Brasil.

Mesmo enfrentando resistência de um dos principais nomes históricos da legenda, o ex-governador conseguiu reunir maioria confortável entre os convencionais e consolidar sua estratégia para 2026.

O resultado também fortalece sua posição nas futuras negociações dentro da Federação União Progressista, formada pelo União Brasil

e Progressistas.

Para Jayme Campos, o resultado representa uma derrota política significativa.

O senador apostava que conseguiria convencer os convencionais de que o União Brasil deveria disputar o Governo com candidatura própria. A estratégia tinha como objetivo recolocar o partido no protagonismo da eleição estadual e abrir espaço para que seu nome fosse homologado como candidato ao Palácio Paiaaguás.

A proposta, entretanto, acabou rejeitada pela maioria.

Com isso, Jayme deixa de ser o candidato do União Brasil ao Governo e vê o partido seguir caminho oposto ao defendido por seu grupo político.

Embora permaneça como uma das principais lideranças da legenda em Mato Grosso, o senador sai enfraquecido da convenção após não conseguir reunir apoio suficiente para alterar a estratégia eleitoral do partido.

Com a aprovação da proposta defendida por Mauro Mendes, o União Brasil oficializou o apoio à candidatura de Otaviano Pivetta ao Governo de Mato Grosso.

O resultado amplia a base política do governador para a disputa de 2026 e fortalece

lece a aliança construída entre União Brasil e Republicanos durante os últimos anos.

Após a votação, Mauro Mendes afirmou que a decisão representa a continuidade de um modelo de gestão que, segundo ele, promoveu profundas transformações em Mato Grosso.

Durante seu discurso, o ex-governador destacou obras estruturantes executadas nos últimos anos, como a retomada das obras do Hospital Central, a duplicação da BR-163, a pavimentação de aproximadamente sete mil quilômetros de rodovias estaduais e os avanços registrados na área da educação.

Segundo Mauro, Otaviano Pivetta reúne experiência administrativa e capacidade para manter o ritmo de investimentos desenvolvido pela atual gestão.

“O Pivetta tem uma trajetória marcada pela seriedade, pela experiência e por demonstrar resultado por onde passou. Colocou Lucas do Rio Verde como referência nacional. E como meu vice e agora como governador nos ajudou a fazer de Mato Grosso um dos estados do país que mais investem no cidadão. Ele tem todas as qualidades para continuar a tocar esse modelo de gestão que tornou Mato Grosso um exemplo de Brasil que dá certo”, afirmou.

Após receber o apoio oficial do União Brasil, Otaviano Pivetta classificou a decisão como demonstração de maturidade política da legenda e afirmou que o resultado fortalece o projeto administrativo desenvolvido pela atual base governista.

O governador agradeceu aos convencionais e disse que recebe a missão com responsabilidade.

“Essa decisão demonstra maturidade política e compromisso com Mato Grosso. Agradeço aos convencionais pela confiança e pelo reconhecimento de que esse projeto deu certo. Ao

lado do Mauro Mendes recuperamos um Estado que enfrentava enormes dificuldades e construímos uma gestão equilibrada, que investe, gera oportunidades e entrega resultados. Recebo esse apoio com humildade e com a responsabilidade de dar continuidade a um trabalho que colocou Mato Grosso no caminho do desenvolvimento”, declarou.

A decisão do União Brasil altera significativamente o cenário político para a disputa estadual de 2026.

Com o partido oficialmente ao lado de Otaviano Pivetta, a base governista mantém uma das maiores estruturas partidárias do Estado reunidas em torno de um único projeto político.

A convenção também encerra, pelo menos dentro do União Brasil, o debate sobre uma candidatura própria ao Governo.

A partir de agora, a legenda direciona seus esforços para fortalecer a candidatura de Pivetta e organizar sua participação nas eleições proporcionais, além da campanha de Mauro Mendes ao Senado Federal.

O resultado ainda consolida o protagonismo político do ex-governador dentro do União Brasil. Ao derrotar o grupo liderado por Jayme Campos por uma margem confortável, Mauro demonstra que continua exercendo forte influência sobre a direção estadual do partido e sobre a maioria dos convencionais.

Mais do que definir um apoio eleitoral, a votação desta quinta-feira consolidou uma nova correlação de forças dentro da legenda. A tese defendida por Mauro Mendes prevaleceu, Jayme Campos foi derrotado internamente e o União Brasil encerrou sua disputa doméstica alinhando-se oficialmente à candidatura de Otaviano Pivetta ao Governo de Mato Grosso em 2026.

CLIMA TENSO

LUCAS LEITE

Após critica União Brasil de apoiar candidato fora do partido, Dilmar diz que futuro no governo depende de Pivetta

Declarações durante a convenção que definiu o apoio do União Brasil a Pivetta ampliaram o racha na legenda e colocaram em dúvida a permanência de Dilmar na liderança do governo

O clima de divisão que marcou a convenção estadual do União Brasil nesta quinta-feira (30), em Cuiabá, ganhou novos desdobramentos após o secretário-geral da legenda e líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado estadual Dilmar Dal Bosco, fazer duras críticas à condução do partido e ao ex-governador Mauro Mendes. Além de questionar a decisão da sigla de apoiar um candidato de outra legenda ao Governo de Mato Grosso, o parlamentar classificou Mauro como “traidor”, ampliando o racha interno que tomou conta do União Brasil.

As declarações ocorreram durante a convenção que definiu, por 30 votos a 19, o apoio do partido ao governador Otaviano Pivetta (Republicanos), encerrando a tentativa do senador Jayme Campos de lançar uma candidatura própria ao Palácio Paiaçuas.

Em seu discurso, Dilmar afirmou que não pretendia se manifestar durante o encontro, mas decidiu usar a tribuna diante do que considerou uma inversão dos princípios partidários.

“Não queria falar nada hoje, eu ia pegar o microfone e ficar em silêncio, mas quero dizer que nunca vi um partido ir contra o seu próprio partido”, declarou.

A crítica foi direcio-



nada à decisão de submeter aos convencionais a possibilidade de o União Brasil apoiar um candidato filiado ao Republicanos, em vez de escolher um nome da própria legenda para disputar o Governo do Estado.

Para Dilmar, a situação é inédita dentro da história do partido, que surgiu da fusão entre DEM e PSL e, antes disso, teve origem no antigo PFL.

O momento de maior tensão ocorreu quando Dilmar elevou o tom das críticas e chamou Mauro Mendes de “traidor”, acusando o ex-governador de abandonar o projeto de candidatura própria do União Brasil.

A declaração provo-

cou reação entre lideranças presentes na convenção e expôs publicamente a divisão que vinha sendo construída nos bastidores do partido nas últimas semanas.

A disputa interna colocou em lados opostos dois dos principais grupos da legenda em Mato Grosso. De um lado, Mauro Mendes articulava a manutenção da aliança com o Republicanos e o apoio a Otaviano Pivetta. Do outro, Jayme Campos e seus aliados defendiam que o União Brasil lançasse candidatura própria ao Governo do Estado.

Com a aprovação da proposta defendida por Mauro Mendes, Jayme foi derrotado na votação e o partido oficializou o

apoio à candidatura de Pivetta.

As declarações de Dilmar também abriram espaço para especulações sobre sua permanência na liderança do governo na Assembleia Legislativa.

Após o episódio, o deputado afirmou que não pretende tomar qualquer iniciativa em relação ao cargo e disse que a decisão cabe exclusivamente ao governador Otaviano Pivetta.

Segundo o parlamentar, ele continuará defendendo suas posições políticas independentemente da repercussão das declarações feitas durante a convenção.

Dilmar deixou claro que não pretende pedir

desculpas pelas críticas dirigidas a Mauro Mendes, argumentando que divergências fazem parte da política e que diferentes posições não significam, necessariamente, o rompimento definitivo entre aliados.

Durante suas manifestações, o deputado também destacou sua longa trajetória partidária para justificar o direito de criticar os rumos adotados pela direção estadual.

Dilmar lembrou que acompanha a história da legenda desde o antigo PFL, passando pelo DEM até a criação do União Brasil, e afirmou que sempre participou das principais decisões políticas do grupo em Mato Grosso.

Segundo ele, justamente por fazer parte da construção do partido ao longo de décadas, sente-se à vontade para manifestar sua discordância em relação à estratégia aprovada pela maioria dos convencionais.

A convenção estadual acabou evidenciando um dos momentos de maior tensão interna vividos pelo União Brasil desde sua criação.

Mesmo com a vitória do grupo liderado por Mauro Mendes por 30 votos a 19, as declarações de Dilmar mostraram que a derrota sofrida pela ala ligada a Jayme Campos não encerra completamente o conflito interno.

O episódio também colocou em evidência a relação entre o deputado e o novo governador, Otaviano Pivetta. Como líder do governo na Assembleia Legislativa, Dilmar ocupa uma das funções políticas mais estratégicas do Executivo estadual, sendo responsável pela articulação da base governista no Parlamento.

Após as críticas públicas feitas durante a convenção, caberá a Pivetta decidir se mantém o parlamentar na liderança do governo ou promove mudanças na articulação política da Assembleia.

A eventual permanência de Dilmar poderá ser interpretada como um gesto de pacificação dentro da base aliada. Por outro lado, uma eventual substituição poderá sinalizar uma reorganização política após o acirramento da disputa interna no União Brasil.

Independentemente da decisão, a convenção desta quinta-feira deixou marcas na maior legenda da base governista. Além de consolidar o apoio do União Brasil à candidatura de Otaviano Pivetta ao Governo de Mato Grosso, o encontro expôs publicamente o rompimento entre grupos históricos do partido e abriu um novo capítulo nas disputas internas que deverão influenciar o cenário político estadual nos próximos meses.

COM EMENDA PARLAMENTAR

REDAÇÃO

Cuiabá assegura R\$ 17 milhões para subsidiar entrada de financiamentos habitacionais

Projeto prevê subsídio para famílias de baixa renda que não conseguem pagar a entrada do financiamento habitacional e será enviado à Câmara de Cuiabá

Prefeitura de Cuiabá vai ampliar o acesso à casa própria para famílias de baixa renda com a criação do programa Minha Entrada, que oferecerá subsídio financeiro para auxiliar no pagamento da entrada do financiamento habitacional. A iniciativa será viabilizada por uma emenda de R\$ 17 milhões, articulada pelo senador Wellington Fagundes, destinada à concessão do benefício.

O projeto de lei que institui o programa está em análise na Procuradoria Geral do Município (PGM). Após a conclusão dos pareceres jurídicos, será encaminhado à Câmara Municipal para apreciação dos vereadores. Os recursos serão destinados à concessão do benefício, permitindo que mais famílias reúnam as condições necessárias para financiar



o primeiro imóvel e ingressar nos programas habitacionais do município.

A Prefeitura de Cuiabá, por meio da Secretaria

Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, mantém em andamento diversos projetos que integram o Programa Casa

Cuiabana, do qual o Minha Entrada passará a fazer parte, caso o projeto de lei seja aprovado.

De acordo com a se-

cretária municipal de Habitação e Regularização Fundiária, Michelle Dreher, o aporte representa um importante reforço para ampliar o acesso à moradia em Cuiabá.

“Recebemos uma emenda da bancada federal, articulada pelo senador Wellington Fagundes, de aproximadamente R\$ 18 milhões. Esse benefício será destinado às pessoas que querem adquirir a casa própria, mas não têm o valor da entrada. Elas poderão utilizar parte desse recurso para auxiliar na compra do primeiro imóvel. Estamos de portas abertas para receber emendas parlamentares destinadas à habitação”, destacou Michelle.

A secretária enfatizou que os recursos provenientes de emendas parlamentares são bem-

-vindos, pois o município, sozinho, não possui capacidade financeira para atender toda a demanda por moradia.

Entre as iniciativas do Programa Casa Cuiabana em fase de viabilização de recursos estão o Loteamento Popular, o programa de Reforma Habitacional para adequação de moradias de idosos, um projeto para a construção de quatro mil moradias destinadas prioritariamente a famílias que vivem em áreas de risco, o Periferia Viva, que prevê reformas, construção de novas unidades habitacionais e ações de regularização fundiária, além do Programa Moradia Digna, voltado à construção de 50 unidades habitacionais destinadas a famílias de catadores de materiais recicláveis.

AUMENTO DE 102%

ANA CAROLINA E LUCAS LEITE

Na contramão do Brasil, Mato Grosso dobra número de adolescentes privados de liberdade em sete anos

Em contrapartida, o Brasil reduziu pela metade o número de jovens em medidas socioeducativas

Enquanto a maioria dos estados brasileiros conseguiu reduzir o número de adolescentes submetidos a medidas socioeducativas com restrição de liberdade nos últimos anos, Mato Grosso seguiu uma trajetória diferente. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026 apontam que o estado foi o único do país a registrar aumento nesse tipo de atendimento entre 2018 e 2025, colocando o sistema socioeducativo mato-grossense no centro das discussões sobre segurança pública, prevenção e políticas voltadas à juventude.

De acordo com o levantamento, o número de adolescentes internados, em regime de semiliberdade ou em outras modalidades que envolvem restrição de liberdade, mais que dobrou no período analisado. Em 2018, Mato Grosso tinha 114 adolescentes nessa condição. Em 2025, o número chegou a 231, representando um crescimento de 102,6%.

O avanço também aparece na taxa proporcional. Há sete anos, o estado registrava 22,5 adolescentes internados para cada grupo de 100 mil jovens entre 12 e 20 anos. Em 2025, esse índice alcançou 45,2 adolescentes por 100 mil, mais que o dobro do registrado anteriormente.

O cenário chama atenção principalmente quando comparado ao movimento nacional. No mesmo período, o Brasil reduziu em 50,2% o número de adolescentes privados de liberdade. O total caiu de 24.510 jovens em 2018 para 12.203 em 2025.

A redução nacional acompanha uma tendência observada ao longo da última década, marcada por mudanças na aplicação das medidas socioeducativas, maior incentivo às alternativas em meio aberto e discussões sobre a necessi-



dade de evitar a internação como primeira resposta aos atos infracionais.

Em Mato Grosso, porém, os números apontam para uma realidade diferente. O estado passou a concentrar uma quantidade maior de adolescentes dentro das unidades socioeducativas, levantando questionamentos sobre os motivos que levaram ao crescimento justamente no período em que outros locais registraram queda.

O dado mais recente reforça a mudança de cenário. Entre 2024 e 2025, Mato Grosso registrou aumento de 37,5% no número de adolescentes cumprindo medidas com restrição de liberdade.

No mesmo intervalo, a média brasileira apresentou crescimento de apenas 1,2%, indicando estabilidade na maior parte dos estados.

A diferença mostra que o crescimento em Mato Grosso não ocorreu apenas como uma variação pontual, mas como parte de uma trajetória de aumento que se consolidou nos últimos anos.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no entanto, não aponta uma causa única para esse avanço. O crescimento das internações pode estar re-

lacionado a diferentes fatores, como aumento da participação de adolescentes em atos infracionais considerados graves, mudanças nos critérios adotados pelo sistema de Justiça, maior capacidade de atendimento das unidades socioeducativas ou alterações na aplicação das medidas.

A interpretação dos números exige uma análise mais ampla, considerando aspectos sociais, econômicos e institucionais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que a internação deve ser aplicada apenas em situações específicas e como medida excepcional. O objetivo não é apenas retirar o adolescente do convívio social, mas promover responsabilização pelo ato cometido e oferecer condições para que ele possa retornar à sociedade.

Especialistas destacam que o sistema socioeducativo deve trabalhar com educação, formação profissional, acompanhamento psicológico e fortalecimento dos vínculos familiares, evitando que a medida se transforme apenas em uma forma de punição.

A preocupação é que o aumento das internações, sem uma

política estruturada de prevenção, represente apenas uma resposta posterior ao problema, sem enfrentar as causas que levam adolescentes a ingressarem em trajetórias de violência.

Entre os fatores apontados por pesquisadores estão a evasão escolar, falta de oportunidades profissionais, vulnerabilidade social, exposição à violência e aproximação de organizações criminosas.

O crescimento do número de adolescentes internados também reacende a discussão sobre políticas públicas voltadas à juventude.

Pesquisadores da área defendem que ações preventivas são fundamentais para evitar que adolescentes cheguem ao sistema socioeducativo. Entre as medidas consideradas importantes estão a permanência na escola, acesso ao esporte e cultura, programas de capacitação profissional e apoio às famílias.

A avaliação é que o enfrentamento da violência juvenil não depende apenas da atuação policial ou judicial. Segundo especialistas, quando o Estado atua somente após o cometimento do ato infracional, as possibilidades de re-

cuperação e reinserção podem se tornar mais difíceis.

Nesse contexto, as medidas em meio aberto, como prestação de serviços à comunidade e acompanhamento socioeducativo, são apontadas como alternativas importantes para casos em que a privação de liberdade não seja necessária.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinaase) prevê que essas medidas sejam utilizadas como forma de responsabilização com acompanhamento, permitindo que o adolescente permaneça inserido na comunidade e continue estudando ou trabalhando.

Para especialistas e integrantes do sistema de Justiça, entender quem são esses adolescentes é uma etapa fundamental para encontrar soluções.

A análise dos dados precisa considerar quais atos infracionais levaram às internações, a faixa etária dos jovens, histórico familiar, escolaridade, condições socioeconômicas e eventual relação com grupos criminosos.

Sem esse diagnóstico, políticas públicas podem ser formuladas sem atingir os princi-

pais fatores que contribuem para o ingresso de adolescentes na criminalidade.

O Ministério Público e órgãos ligados à infância e juventude defendem que o fortalecimento da rede de proteção é essencial para reduzir a entrada de novos adolescentes no sistema.

Essa rede envolve não apenas o sistema socioeducativo, mas também escolas, assistência social, saúde e programas comunitários.

Embora os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública não estabeleçam uma relação direta entre o aumento das internações e uma eventual elevação da criminalidade juvenil, o crescimento registrado em Mato Grosso acende um alerta.

Ser o único estado brasileiro onde o número de adolescentes privados de liberdade aumentou desde 2018 coloca o estado diante de um desafio: compreender por que a trajetória local se afastou da tendência nacional e quais medidas podem interromper esse ciclo.

O crescimento de 102,6% em sete anos representa uma pressão maior sobre o sistema socioeducativo e exige respostas que vão além da ampliação de vagas ou do aumento das internações.

O desafio envolve encontrar equilíbrio entre responsabilização e oportunidade de mudança, evitando que adolescentes que passam pelo sistema socioeducativo acabem, no futuro, entrando no sistema prisional adulto.

Enquanto o país reduziu significativamente a quantidade de jovens privados de liberdade, Mato Grosso enfrenta o desafio de entender por que mais adolescentes estão chegando a essa etapa e quais políticas podem evitar que esse caminho continue sendo uma realidade para centenas de jovens no estado.



VAMOS CANCELAR A DENGUE DE VEZ.



COLOQUE AREIA NOS PRATINHOS DAS PLANTAS



ELIMINE FOCOS DE ÁGUA PARADA E CUBRA PNEUS E GARRAFAS



LIMPE CALHAS, PISCINAS E QUINTAIS

